

**INDAGAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E REFLEXÕES  
SOBRE DEMANDAS PERCEBIDAS PELO ESTADO BRASILEIRO: TÓPICOS  
PARA ANÁLISE CIRCUNSTANCIADA DE SEUS INSTRUMENTOS DE AÇÃO**

***INVESTIGACIONES SOBRE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS Y  
REFLEXIONES SOBRE DEMANDAS PERCIBIDAS POR EL ESTADO  
BRASILEÑO: TEMAS PARA EL ANÁLISIS DE SUS INSTRUMENTOS ACCIÓN  
DETALLADO***

***QUESTIONS ABOUT EDUCATIONAL POLICIES AND REFLECTIONS  
ON DEMANDS PERCEIVED BY THE BRAZILIAN STATE: TOPICS FOR  
DETAILED ANALYSIS OF HIS ACTION TOOLS***

Sebastião de Souza LEMES<sup>1</sup>

**RESUMO:** As proposições políticas de ações e de regulação do Estado Brasileiro estão, aparentemente, sem eficácia em seu propósito de atendimento às demandas da sociedade atual no Brasil. Desde a redemocratização do país, nos anos da década de 1980, em função de mudanças na agenda de ações e no modo de estabelecer as novas formas de regulação, o Estado se estruturou a partir de questões referentes a um modelo brasileiro de desenvolvimento e esta posição permanece, salvo melhor entendimento, até os dias atuais. O contexto educacional atual se orienta e é regulado pela Lei 9394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e pelo PNE (Lei Nº 13.005/ 2014) – Plano Nacional da Educação – que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O conhecimento, como instrumento de regulação, implica que se apure o tipo de conhecimento ali, então, mobilizado. Com efeito, no âmbito dessa proposta, se busca analisar a genealogia desta política, enquanto matriz cognitiva e normativa, e as possíveis (ou necessárias) mudanças dos modos de regulação, considerando esses instrumentos como produtos de decisões políticas e os referenciais subjacentes como produtores dessas decisões. Nesses instrumentos de regulação, principalmente os conceitos como: diretrizes, metas, estratégias e regulação, serão utilizados como categorias de análise e como eixos de ação (Muller; Surel, 2002). Isso nos possibilitará verificar e analisar os conhecimentos mobilizados para essa ação (decisão) do Estado. Essa é uma proposta para discussão e reflexões sobre análise de política pública para a área da educação no Brasil, no momento atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Educacional. Política Pública. Instrumentos de Regulação.

**RESUMEN:** *Las proposiciones políticas de la actuación y la regulación estatal brasileña son aparentemente ineficaz en su objetivo de satisfacer las demandas de la sociedad de hoy en Brasil. Dado que la democratización del país, a principios de 1980 en función de los cambios en el programa de acción y con el fin de establecer nuevas formas de regulación, el estado se estructura a partir de las cuestiones relacionadas*

<sup>1</sup>UNESP – Universidade Estadual Paulista – FCL, Universidade de Lisboa – Instituto de Educação. E-mail: ss.lemes2@gmail.com

*con un modelo brasileño de desarrollo y esta posición sigue siendo, para la mejor comprensión, hasta la actualidad. El contexto educativo actual es guiada y regulada por la Ley 9394/96 - Ley de Directrices y Bases de la Educación - y el PNE (Ley N ° 13.005 / 2014) - Plan Nacional de Educación - determina las directrices, metas y estrategias para la política estudiar los próximos diez años. El conocimiento, como un instrumento de regulación, implica que se establece el tipo de conocimiento existe, entonces se movilizó. En efecto, según esta propuesta, se pretende analizar la genealogía de esta política, como cognitivas y de la matriz normativa y las posibles (o sea necesario) los cambios en los modos de regulación, teniendo en cuenta los instrumentos tales como los productos de las decisiones políticas y la referencia subyacente como productores de decisiones. Estos instrumentos de regulación, especialmente conceptos tales como directrices, objetivos, estrategias y regulación, serán utilizados como categorías de análisis y, como líneas de acción (Muller, Surel, 2002). Esto nos permitirá verificar y analizar el conocimiento movilizad para esta acción (decisión) del estado. Se trata de una propuesta para la discusión y la reflexión sobre el análisis de las políticas públicas en el ámbito de la educación en Brasil en la actualidad.*

**ABSTRACT:** *The political propositions of actions and Brazilian state regulation are apparently ineffective in its purpose of meeting the demands of today's society in Brazil. Since the democratization of the country, in the early 1980s in changes function in the action agenda and in order to establish new forms of regulation, the state was structured from issues related to a Brazilian model of development and this position remains, to the best understanding, to the present day. The current educational context is guided and regulated by Law 9394/96 - Law of Directives and Bases of Education - and the PNE (Law No. 13,005 / JUNE 2014) - National Education Plan - determines guidelines, goals and strategies for educational policy the next ten years. The knowledge, as a regulatory tool, implies that it is established the kind of knowledge there, then mobilized. Indeed, under this proposal, it seeks to analyze the genealogy of this policy, as cognitive and normative matrix and the possible (or necessary) changes in modes of regulation, considering such instruments as products of policy decisions and the underlying reference as producers of decisions. These regulatory instruments, especially concepts such as guidelines, goals, strategies and regulation, will be used as categories of analysis and as lines of action (Muller and Surel, 2002). This will enable us to verify and analyze the knowledge mobilized for this action (decision) of the state. This is a proposal for discussion and reflection on public policy analysis in the area of education in Brazil now.*

**KEYWORDS:** *Educational Policy. Public Policy. Regulatory Instruments.*

## Introdução

Esta proposição de estudo está contextualizada no âmbito da busca por novos modos de compreensão da regulação da educação pelo estado, particularmente nos

instrumentos de políticas públicas construídos e instituídos para esse fim. As proposições políticas de ações e de regulação do Estado Brasileiro estão, aparentemente, sem eficácia em seu propósito de atendimento às demandas da sociedade atual no Brasil. Desde a redemocratização do país, nos anos da década de 1980, em função de mudanças na agenda de ações e no modo de estabelecer as novas formas de regulação, o Estado se estruturou a partir de questões referentes a um modelo brasileiro de desenvolvimento e esta posição permanece, salvo melhor entendimento, até os dias atuais. O contexto educacional atual se orienta e é regulado pela Lei 9394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e pelo PNE (LEI Nº13.005/2014) – Plano Nacional da Educação – que determina e estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O conhecimento, como instrumento de regulação, que se apure que conhecimentos estão ali mobilizados. Com efeito, no âmbito dessa proposta, se busca analisar a genealogia desta política, enquanto matriz cognitiva e normativa, e as possíveis (ou necessárias) alterações nos modos de regulação, considerando esses instrumentos<sup>2</sup> como produtos de decisões políticas e, os referenciais determinantes, como produtores dessas decisões. Nesses instrumentos de regulação, principalmente os conceitos de: diretrizes, metas, estratégias e regulação, serão interpretados como eixos de ação e utilizados como categorias de análise (MULLER; SUREL, 2002). Nos apropriamos desses conceitos para identificar, analisar, interpretar e procurar descrever, por meio das narrativas empregadas nos argumentos, os procedimentos e processos através dos quais a ação pública é estabelecida, promovida, orientada e coordenada, tendo como finalidade alcançar soluções desejáveis, em relação a situações problemas. Natércio Afonso (2008, p. 6) concebe e nos orienta que “[...] a regulação das políticas públicas e da ação pública, em educação, é concebida como um processo composto por um complexo conjunto de ações e interações, realizadas por múltiplos actores, produzindo a coordenação da ação colectiva na oferta da educação como bem público”. Serão também utilizadas, ainda nesse contexto e momento de análise documental, as atas das reuniões das Comissões congressuais pelas quais passou em sua trajetória de construção. Isso nos possibilitará analisar os conhecimentos efetivamente mobilizados e reconhecidos oficialmente pelos pares, para essa ação (decisão) do Estado.

<sup>2</sup> O conceito de instrumento é aqui mobilizado nos termos em que Lascoumes e Le Galès (2004, p. 14) o definem: “um dispositivo técnico de vocação genérica, portador de uma concepção específica da relação política/sociedade e sustentado por uma concepção da regulação”.

## Algumas Considerações sobre a Política Educacional Brasileira

As políticas públicas no Brasil estão a ser analisadas e avaliadas, a partir da redemocratização do país, nos anos da década de 1980, pela mudança na agenda pública que, na década anterior, se estruturou a partir de questões relativas a um modelo brasileiro de desenvolvimento. O debate se fazia sobre os impactos redistributivos das ações governamentais e do tipo de racionalidade que orientava o projeto de modernização. Nessa nova agenda as questões sobre organização institucional, em termos de: descentralização, participação, transparência e redefinição da relação público-privado nas políticas. Em segundo lugar, mesmo com o fim do período autoritário, os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas se mantinham e isso serviu para fortalecer os outros estudos sobre políticas públicas. Em terceiro lugar, a difusão internacional de um ideário reformador do Estado e do aparelho de Estado passou a ser o princípio maior para a organização da agenda pública dos anos 1980-90, o que provoca uma proliferação significativa de estudos de, e sobre, políticas públicas. Os elementos e componentes do rearranjo institucional ganharam grande centralidade na agenda: “[...] ao tomar-se o modo e a qualidade da intervenção pública na economia e na sociedade como objeto de estudo, cria-se, por extensão, um programa de pesquisa de caráter empírico sobre questões relativas à eficiência de políticas e programas” (MELO, 1999:81).

Nesse trabalho, a metodologia de pesquisa considerou a pertinente discussão sobre procedimentos para esse tipo de estudo, apresentada pelas autoras Cristiane Kerches da Silva Leite e Úrsula Dias Peres<sup>3</sup>, no trabalho de análise de política pública intitulado Paradigmas de Desenvolvimento e Disseminação de Políticas: Raízes Locais da Criação do Programa Bolsa Família. Nesse trabalho, as autoras se respaldam na análise qualitativa de dados secundários e primários, tendo como respaldo a literatura pós-positivista de políticas públicas sobre transferência e disseminação de políticas indicando inúmeros autores referências como grande denominador comum a valorização das ideias e processos cognitivos no processo de decisão política. Nessa discussão e argumentações, as referidas autoras sustentam que não haver de forma consolidada diretrizes e fundamentos de teorias pós-positivistas, mas assegura que se percebe a

---

<sup>3</sup> Paradigmas de Desenvolvimento e Disseminação de Políticas: Raízes Locais da Criação do Programa Bolsa Família. Cristiane Kerches da Silva Leite e Úrsula Dias Peres. O&S - Salvador, v. 22 - n. 75, p. 621-638 - Out./Dez. - 2015 - [www.revistaoes.ufba.br](http://www.revistaoes.ufba.br)

existência de uma orientação pós-positivista presente em outros tantos autores de referência que estabelecem contrapontos com as denominadas ‘máximas ortodoxas da economia do bem-estar positivista’. Há nesse sentido, considerações críticas à pretensão de objetividade analítica e a neutralidade política. Considerando ainda essa outra concepção metodológica em que as categorias analíticas são diferentes, esses autores colocam em evidência outras dimensões em diferentes graus importância como a da subjetividade, a normatividade interpretativa, a argumentação e os fatores sociopolíticos contextuais e idiossincráticos de cada caso na análise das políticas públicas. Há que se considerar ainda a persuasão, a retórica e a interpretação, portanto, como elementos analíticos importantes nessa orientação pós-positivista.

Esses estudos evidenciam a busca da compreensão da política pública, pelo menos do ponto de vista metodológico e dos procedimentos, sobre o modo como o poder público age e, por quais princípios se orienta. No Brasil se tem a percepção de que “políticas públicas” é o conjunto de ações (ou de não ações) de governo; assim, as políticas públicas para a educação é o conjunto de ações (ou de não ações) de governo para o conjunto da sociedade na área da educação. A análise cognitiva das políticas públicas são, nesse contexto, um avanço na busca da compreensão ampliada dessa dinâmica no conjunto das ações do estado e seus protagonistas. Esse tipo de avanço e compreensão se tornam razoáveis por esses estudos e fundamentos se orientarem no sentido de responder sobre que matrizes cognitivas normativas sustentam ou sustentaram aquelas ideias ou representações. Inúmeros autores de referência, como Melo, (1999) e Arretche (2003), não hesitam em afirmar que, além da ausência de uma escola teórica com capacidade de acumulação de conhecimento de longo prazo, destacam que os métodos de investigação têm recebido pouca atenção no debate dessa área de pesquisa. Souza (2003:17), afirma que “a área ainda apresenta um uso excessivo de narrativas pouco pautadas por modelos ou tipologias de políticas públicas, por teorias próximas do objeto de análise e que mantêm uma leveza metodológica exagerada”.

No limite temos necessidade de compreender a política pública para a educação como aquelas ações que regulam e orientamos sistemas de ensino, instituindo, regulando e orientando, também, a educação escolar. Assim, podemos afirmar que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. A educação só é escolar quando delimitada por um sistema, resultado dessas políticas estabelecidas e devidamente reguladas. Nesse sistema, é preciso um ambiente próprio para o fazer pedagógico e educacional, a escola; que dinamiza uma comunidade, articulando partes

distintas de um processo altamente complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Governo (enquanto o Estado em Ação).

A dinâmica das ações do poder público sobre o sistema educativo necessita com urgência uma compreensão mais ampla e profunda de suas raízes, dos processos cognitivos de construção, de como percebe de realidade e de como é a formação das ideias e dos valores que sustentam e orientam procedimentos e decisões. Nossa capacidade acadêmica de intervenção se pauta pelo conhecimento, potencial de criticidade para solução de problemas e por encaminhamentos propositivos. Buscamos a compreensão de uma realidade impregnada de "expectativas" e anseios que podem ser captados, capturados, sistematizados e colocados em evidência.

### **Alguns Tópicos para Análises e Debates**

- Apresentação tópica dos conceitos fundamentais da análise cognitiva das Políticas Públicas com discussões interpretativas a partir de hipóteses plausíveis para identificação dos conhecimentos subjacentes às ações regulatórias apresentadas no contexto Brasileiro para a área da educação. O olhar atento as ações atuais em curso possibilitam indagar e argumentar sobre os modos de regulação estabelecidos, sobre os instrumentos criados para esse fim e sobre a opção pela performatividade em evidência no Estado brasileiro. Essa situação é evidenciada pela busca da eficácia por meio da valorização analítico comparativa entre as metas propostas com os efeitos esperados e os resultados concretos, observáveis e mensuráveis. As metas propostas, buscadas e acompanhadas por orientações técnicas, diretrizes administrativas e de gestão, regramento normativo de ação institucional, entre outras ações. Por isso, essas metas propostas no PNE cumprem função reguladora em uma lógica de governança<sup>4</sup>. A materialidade dessas metas, enquanto instrumentos de regulação baseados no conhecimento em evidência nesse momento, as avaliações oficiais de larga escala, que estão a ser desenvolvidas e aplicadas pelo poder público com significativos investimentos (Censo Escolar, ENEM, Provinha Brasil, SAEB, IDEB, ENCEJA e Prova Docente entre outros) incluindo a adesão ao PISA. Esses instrumentos, no contexto das ações públicas para a educação no Brasil, são materializadores, também de intensões

---

<sup>4</sup> Segundo Natércio Afonso (2012, p. 87) “[...] uma governação baseada na gestão da informação e do conhecimento.”

políticas e, ao mesmo tempo, reguladores do processo desencadeado a partir das decisões tomadas na esfera política pelo poder público. Tomando como exemplo o caso específico do instrumento utilizado no ENEM, uma vez que este se configura, conforme descreve Costa & Afonso (2009), como *Knowledge-based Regulation Tools (KRT)*. Os usos dos resultados, a produção de indicadores, as análises técnicas comparativas entre os dados produzidos são instrumentos de regulação explícitos utilizados pelo poder público em diferentes níveis. (Os dados dos últimos anos do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio - revelam uma estabilidade linear nos desempenhos dos alunos em níveis próximos, mas abaixo, do básico e, nesse momento, estão a concluir o ensino básico. Apesar de algumas ações, de ordem técnico-pedagógica, como: cursos, treinamentos, oficinas, entre outras; não se percebe melhorias, ou se quer alterações significativas de desempenho nessa trajetória estável e em nível abaixo do básico.)

- A nova concepção das políticas públicas pela ótica da ação pública e do conhecimento circulante nos espaços dessas ações públicas diretas ou indiretas, associada ao conjunto dos marcos legais regulatórios para a educação Brasileira e aos princípios, diretrizes e outros subsídios apresentados por organismos internacionais de grande poder, tanto econômico quanto de persuasão com argumentação pragmática; produzem rearranjos nos procedimentos de gestão e de financiamento da educação e se constituem como ações político - administrativas de regulação dos sistemas de ensino e, com efeito, nas escolas. A expansão da escolarização no Brasil os últimos 20 anos é inegável, tanto na educação básica como no ensino superior, porém não se observa, em termos de desempenho, um equivalente qualitativo na mesma proporção. O resultado do processo de democratização da escolarização básica foi o significativo aumento a demanda para este nível de ensino, tanto quantitativa como qualitativamente. Nesse momento, estamos a atender a demanda quantitativa, mas se está muito distante do atendimento à essa demanda qualitativamente. O que se verifica, concretamente no cotidiano da escola “real”, é um aparente processo de desmantelamento da estrutura educacional pela ineficiência e inoperância institucional que, com efeito, constrói gradualmente a incapacitação dos agentes públicos institucionalizados para o atendimento qualificado no processo de escolarização da sociedade.

- O conhecimento como forma de legitimação do poder político com necessidade de interlocução local e como forma de regulação persuasiva. Indagações sobre paradigmas, crenças e referenciais. Hoje o Brasil vive um momento de grande dificuldade econômica e política, salvo análise com maior profundidade de

argumentação, por conta dos conflitos políticos institucionais, partidários e programáticos, originários nas matrizes cognitivas e normativas existentes no âmbito da sociedade brasileira e da estrutura partidária que compõe o poder político. Essa situação notadamente fragilizou esse poder político nos diferentes níveis da estrutura federalizada do país, afetando de maneira significativa a interlocução local enquanto instrumentos de regulação nesse segmento. O caso das “ocupações” das escolas que fizeram o governo do Estado de São Paulo revogar uma lei estadual que reestruturava a organização da rede oficial de ensino paulista. De forma emblemática, essa situação caracteriza a incapacidade, pela perda da eficácia, das políticas públicas tradicionais que privilegiam os mecanismos de regulação burocráticos. Esses mecanismos se caracterizam por excessos normativos, altamente invasivos e fiscalizadores, porém, sem que os agentes de interlocução local tenham envolvimento para agirem como mediadores em um processo de regulação e persuasão, enquanto qualidade de argumentação, coerência e sentido; na lógica da governança. Para tanto, nesse sentido e contexto, há que ter certo empoderamento do agente público, enquanto ente mediador e articulador na complexa dinâmica da ação pública que estão muito além da influência e controle da autoridade pública. A referida perda de eficácia evidencia que a ação pública, ao envolver diferentes agentes em uma multiplicidade de ações e interesses, legítimos ou não, produz resultados que ficam aquém (ou pelo menos diferente) do esperado pelo poder regulador tradicional hierárquico, normativo e regulador.

Esses tópicos assim postos possibilitam se proceder a uma revisão e atualização bibliográfica na área da análise cognitiva das políticas públicas visando a apropriação de seus fundamentos, conceitos e “estado da arte” na comunidade europeia e, mais especificamente, em Portugal, e também, conhecer e mobilizar o quadro teórico e os conceitos operacionais da análise cognitiva das políticas públicas na identificação dos conhecimentos norteadores (os referenciais<sup>5</sup>) subjacentes às tomadas de decisão explícitas nos instrumentos de regulação das Políticas Públicas Brasileiras no campo da Educação. Nesse sentido e mais, por esse caminho, se estará a discutir, no contexto das matrizes cognitivas e normativas estabelecidas, os conceitos e fundamentos percebidos, de forma implícita e explícita, nas categorias de análise evidenciadas por análise de

---

<sup>5</sup> Um referencial é " uma representação, uma imagem da realidade em que (sobre a qual) se quer intervir. Esta é em referência a esta imagem cognitiva que os atores organizam a sua percepção do problema, comparam as suas soluções e definem as suas propostas de ação " (MULLER, 1990: 2) tradução deste autor.

conteúdo e narrativa nos instrumentos de regulação produzidos pela Política Pública para a Educação no Brasil atual; a LDB e o PNE.

A análise tópica, considerando a mudança de método, substituindo a observação e a análise, pela ótica de instrumento, muitas vezes invisíveis, por meio uma busca clássica dos conteúdos mais substanciais (substantivo) das políticas públicas. A Instrumentação da ação pública é reveladora de uma teorização do Relatório governante/governado (LASCOMES; LE GALES, 2004). Segundo esses autores, o efetivo conteúdo das políticas públicas, nas denominadas entradas convencionais, se torna invisível para as abordagens e métodos clássicos consagrados. As abordagens funcionalistas ou puramente técnicas dos instrumentos podem se apresentar como sem interferência política permitindo aos diferentes setores ou agentes (aos atores) uma ação coordenadora sem intervenção política. Ao contrário os instrumentos de ação pública que não são ferramentas desprovidas de neutralidade axiológica.

A compreensão dos referenciais no processo de tomada de decisão implica tanto a compreensão dos elementos que o legitimam como os instrumentos de regulação, em si, daí originados. O processo de decisão política, em sua lógica de desenvolvimento e articulação, se apresenta tal como o tipo de conhecimento que o legitima. Deve estar contido em uma lógica discursiva legitimadora e o instrumento regulador é caracterizado por quatro componentes: *credibilidade*, *maleabilidade*, *relevância simbólica* e *pertinência*; estas lhe outorgam valor e força, científica e política, que contribuem sensivelmente para a sua afirmação e penetração na sociedade. Complementando o estudo, a análise da narrativa apresentados na exposição de motivos que fundamentam os instrumentos de regulação construídos nos indicará que referenciais estiveram ali presentes para que aquela decisão fosse tomada. Em busca de qual a função do conhecimento na decisão política tomada e, a partir de então, interpretar, compreender e analisar o conhecimento com dimensão fundamental na regulação da política pública para a educação.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, N. As metas da aprendizagem: Fundamentos e Características de um instrumento de Regulação nas políticas educativas. (p.75-87). In: FIALHO, Isabel e VERDASCA, José (Orgs.). **Turma Mais e Sucesso escolar – Fragmentos de um percurso**. CIEP/EU, Universidade de Évora, Portugal, 2012.

AFONSO, N.; COSTA, E. Os instrumentos de regulação baseados no conhecimento: o caso do *programme for international student assessment* (PISA). **Dossiê Conhecimento e Política. Educação e Sociedade**, v. 30, n. 109, Campinas, SP, 2009.

AFONSO, N.; COSTA, E. Avaliação externa das escolas: um instrumento de regulação baseado no conhecimento. In: BARROSO, J.; AFONSO, N. (Org). **As políticas educativas em Portugal: mobilização de conhecimento e modos de regulação**. Fundação Manoel Leão, 2011.

ARRETICHE, M. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 18, nº. 51, fevereiro, 2003.

BARROSO, J.; CARVALHO, L. M.; FONTOURA, M.; AFONSO, N. As políticas educativas como objeto de estudo e de formação em Administração Educacional. **Sísifo**, v. 4, 2007.

BARROSO, J. Conhecimento e ação pública: as políticas sobre a gestão e a autonomia das escolas em Portugal (1986-2008). In BARROSO J.; AFONSO N. (Org). **As políticas educativas em Portugal: mobilização de conhecimento e modos de regulação**. Fundação Manoel Leão, p. 27-58, 2011.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. **Gouverner par les instruments**. Sous la dir. Presses de SciencesPo, Collection académique, 2004.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 3, Ciência política, São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, p. 59-100, 1999.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Presses Universitaires de France, Paris, 9ª. Ed., 2011.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A Análise das Políticas Públicas** Col. Desenvolvimento Social, EDUCAT, Pelotas, RGS, 2002.

### Como referenciar este artigo

LEMES, Sebastião de Souza. Indagações sobre as políticas educacionais e reflexões sobre demandas percebidas pelo estado brasileiro: tópicos para análise circunstanciada de seus instrumentos de ação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara/SP, v. 11, n. esp. 3, p.1616-1625, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riace.v11.n.esp3.9064>>. E-ISSN: 1982-5587.

**Submetido em:** agosto/2016

**Aprovado em:** novembro/2016